

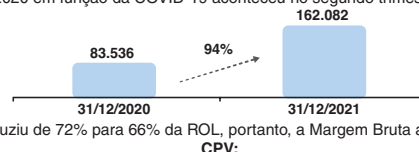
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2021. A Administração informa adicionalmente que os auditores independentes não prestaram nenhum outro serviço além da auditoria externa.

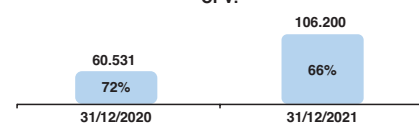
Desempenho Econômico Financeiro: O resultado operacional do exercício de 2021 foi superior se comparado exercício de 2020, que foi muito impactado pela pandemia da COVID-19. O resultado financeiro do ano de 2021 foi pior que o anterior por duas razões principais: (i) no ano de 2020 houve o reconhecimento da receita gerada com a correção do crédito de PIS/COFINS (ICMS excluído da base) (ii) em decorrência do acordo realizado entre a Companhia e os Debenturistas (informações completas nas notas explicativas 17 e 29), foram reconhecidos juros complementares.

Descrição da Conta	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	162.082	83.536
Custo dos Produtos Vendidos	(106.200)	(60.531)
Resultado Bruto	55.882	23.005
Margem Bruta	34%	28%
(Despesas) Receitas Operacionais	(24.685)	(19.239)
Com vendas	(12.798)	(8.938)
Gerais e administrativas	(13.206)	(11.849)
Outras receitas operacionais	1.062	675
Receitas não recorrentes	264	881
Outras despesas operacionais	(7)	(8)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.197	3.766
Resultado Financeiro Líquido	(52.942)	(21.618)
Receitas financeiras	1.633	6.644
Despesas financeiras	(54.575)	(28.262)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	(21.745)	(17.852)
IR e CSLL Sobre o Lucro	(45)	(53)
Resultado Líquido do Exercício	(21.790)	(17.905)

Receita Líquida: O crescimento da ROL nos primeiros nove meses de 2021 foi de 119% comparado ao mesmo período de 2020. A maior perda de receita no ano de 2020 em função da COVID-19 aconteceu no segundo trimestre.



CPV e Resultado Bruto: O CPV reduziu de 72% para 66% da ROL, portanto, a Margem Bruta aumentou em 6 pontos percentuais.



Recuperação Extrajudicial: Conforme já amplamente divulgado, a administração da Companhia ajuizou, em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"). O Plano de RE abrangia, unicamente, os credores financeiros da empresa e não envolvia fornecedores e funcionários. Conforme publicação em fato relevante datado de 29 de novembro de 2021, a Companhia, em conjunto com a Planner, protocolou pedido de desistência de homologação de seu plano de recuperação extrajudicial perante o juízo competente, após acordo de renegociação de dívida realizado entre as duas partes. As informações sobre o acordo entre a Companhia e a Planner estão detalhadas nas notas explicativas nº 17 e 29.

Perspectivas: O ano de 2021 confirmou as expectativas criadas no final de ano de 2020. Houve uma forte retomada no faturamento e geração de resultados. Das principais dívidas da empresa, estão negociadas e parceladas as tributárias, as debêntures, os créditos detidos pela D&D Administradora de Bens e Vladimir Walendosky. Resta sem acordo apenas a dívida com a Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC, que segue em execução. O ano de 2022 iniciou de forma muito semelhante ao final de 2021, com bom nível de pedidos e de faturamento, porém permanecem incertezas devido ao cenário mundial (guerra) que tende a elevar os custos de produção do algodão e os níveis de inflação, e por ser ano de eleições, que pode deixar a taxa de câmbio volátil. Naquilo que é controlável internamente, a Companhia está pronta para manter e aumentar os atuais níveis de produção e faturamento. A Administração se mantém atenta na busca de soluções ágeis e eficazes para os quadros que se apresentam.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)						
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020	
Circulante		93.108	71.351	92.873	71.115	
Caixa e equivalentes de caixa	4	188	163	236	169	
Contas a receber de clientes	5	30.535	18.863	30.535	18.863	
Estoques	6	57.572	44.731	57.572	44.731	
Tributos a recuperar	7.a	545	5.357	547	5.360	
Outras contas a receber		3.744	1.877	3.459	1.633	
Despesas do exercício seguinte		399	234	399	233	
Outros ativos circulantes		125	126	125	126	
NÃO CIRCULANTE		116.862	119.747	117.518	120.404	
Realizável a Longo Prazo		5.088	5.658	4.928	5.348	
Depósitos judiciais	8.a	414	726	414	726	
Créditos com controladas		160	310			
Tributos a recuperar	9.a	795	903	795	903	
Ativos não operacionais	10	3.719	3.719	3.719	3.719	
Investimentos	11	1.233	1.083			
Imobilizado	12	108.829	111.137	110.878	113.187	
Intangível	13	1.712	1.869	1.712	1.869	
Total do ativo		209.970	191.098	210.391	191.519	
Passivo						
	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020	
Circulante		289.146	341.903	289.164	341.921	
Obrigações sociais e trabalhistas	14	7.514	8.514	7.527	8.526	
Fornecedores		11.375	11.496	11.375	11.496	
Fornecedores Parcelados		56.064	56.064	56.064	56.064	
Obrigações fiscais	15.a	50.403	55.432	50.408	55.438	
Empréstimos e financiamentos	16.a	50.631	44.863	50.631	44.863	
Debêntures	17	3.495	61.149	3.495	61.149	
Obrigações com pessoas ligadas	19	4.704	2.783	4.704	2.783	
Obrigações com pessoas físicas		1.148	1.231	1.148	1.231	
Comissões e royalties a pagar		858	1.054	858	1.054	
Outras contas e encargos a pagar		2.979	825	2.979	825	
Provisões fiscais	18	99.975	98.492	99.975	98.492	
Não circulante		252.811	158.924	253.214	159.327	
Empréstimos e financiamentos	16.b	136.306	126.951	136.306	126.951	
Debêntures	17	87.083	-	87.083	-	
Tributos federais	15.b	26.375	29.118	26.375	29.118	
Tributos municipais		1.005	1.173	1.005	1.173	
Obrigações com pessoas físicas		2.010	1.543	2.010	1.543	
Depósitos judiciais	8.b	32	139	32	139	
Tributos diferidos	9	-	-	403	403	
Patrimônio líquido	20	(331.987)	(309.729)	(331.987)	(309.729)	
Capital social	20.a	8.186	8.186	8.186	8.186	
Reservas de capital	20.b	9.983	9.983	9.983	9.983	
Reservas de lucros		571	571	571	571	
Reserva de reavaliação		799	799	799	799	
Ajuste de avaliação patrimonial		1.230	1.275	1.230	1.275	
Prejuízos acumulados		(352.756)	(330.543)	(352.756)	(330.543)	
Total do passivo e passivo a descoberto		209.970	191.098	210.391	191.519	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO									
	Reservas de lucros		Reserva de legal	Reserva de investimentos e Capital de giro	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.186	9.983	-	571	799	1.275	(330.543)	(309.729)	
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(490)	(490)	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(67)	67	-	
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	22	-	22	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	37	534	-	-	(21.790)	(21.790)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.186	9.983	-	571	799	1.230	(352.756)	(331.987)	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA										
	Controladora		Consolidado							
	2021	2020	2021	2020						
I - Atividades Operacionais										
Resultado líquido antes do IRPJ/CSLL diferidos	(21.768)	(17.875)	(21.745)	(17.852)	-	-	-	-	-	-
Itens que não representam movimentação de caixa										
- Depreciações e amortizações	4.949	5.800	4.949	5.800						
- Baixa de impostos diferidos (IRPJ e CSLL)	22	30	22	30						
- Provisões para devedores duvidosos	(2.343)	(33)	(2.343)	(33)						
- Ajuste a valor presente	324	(115)	324	(115)						
- Equivalência patrimonial/Investimentos em controlada	(150)	(159)	-	-						
- Baixa tributos MP 470	-	-	-	-						
- Ajuste de exercícios anteriores	(490)	(480)	(490)	(480)						
- Provisão de juros e multas sobre passivos	48.196	26.681	48.196	26.681						
Geração (utilização) bruta de disponibilidades (Aumento) Redução de ativos operacionais	28.740	13.849	28.913	14.031						
- Contas a receber - circulante e não circulante	(9.652)	(2.410)	(9.652)	(2.410)						
- Estoques	(12.841)	(7.681)	(12.841)	(7.681)						
- Outras contas a receber	(1.868)	2.365	(1.828)	2.241						
- Impostos a recuperar	4.813	(4.402)	4.813	(4.404)						
- Despesas do exercício seguinte	(166)	(16)	(166)	(16)						
- Adiantamento a fornecedores	-	(12)	-	(12)						
- Depósitos judiciais - não circulante	312	131	312	131						
- Mútuo com controlada - não circulante	149	157	-	-						
- Impostos a recuperar - não circulante	108	138	108	138						
- Outros ativos - não circulante	-	(126)	-	(126)						
Aumento (Redução) de passivos operacionais										
- Fornecedores	(120)	4.819	(120)	4.819						
- Salários e encargos sociais	(1.000)	851	(1.000)	853						
- Obrigações tributárias - circulante e não circulante	(6.458)	(6.821)	(6.457)	(6.822)						
- Comissões a pagar	(196)	(158)	(196)	(158)						
- Outras contas e encargos a pagar										
- Depósitos judiciais - não circulante										
IRPJ/CSLL diferidos do período										
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.845	(629)	3.887	(752)						
II - Atividades de Investimentos										
Acréscimos de imobilizado	(2.852)	(1.117)	(2.852)	(1.117)						
Baixas líquidas do imobilizado	525	280	525	280						
Acréscimos de intangível	(153)	(76)	(153)	(76)						
Baixas líquidas do intangível										
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(2.480)	(913)	(2.480)	(913)						
III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS										
Variação parcelamento										
Novos empréstimos e financiamentos bancários	44.770	37.996	44.770	37.996						
Novos empréstimos de pessoa física e jurídica	1.550	-	1.550	-						
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários	(46.832)	(36.565)	(46.832)	(36.565)						
Pagamentos de empréstimos pessoa física e jurídica	(828)	-	(828)	-						
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(1.340)	1.431	(1.340)	1.431						
IV - Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	25	(111)	67	(234)						
V - Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	163	274	169	403						
VI - Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	188	163	236	169						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TRRX3 e TRRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215. Conforme divulgado em Fato Relevante, no mês de março do ano de 2018 houve alteração no controle acionário da Companhia. Em decorrência disso, as ações ordinárias da Companhia foram objeto de Oferta Pública registrada na CVM em 04 de outubro de 2018 sob o nº CVM/SRE/OPA/ALI/2018/003, tendo a B3 autorizado a realização da operação em seu Sistema Eletrônico de Negociação em 03 de outubro de 2018. O encerramento da OPA aconteceu no mês de novembro de 2018. **Continuidade operacional:** A companhia apurou prejuízos até dezembro de 2021, no montante de R\$ 21.790, apresentando um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 352.756 (R\$ 330.543 em dezembro de 2020). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 31 de dezembro 2021 no montante de R\$ 331.987 (R\$ 309.729 em 31 de dezembro de 2020). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e debêntures. Em relação aos débitos tributários, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT, conforme descrito na nota explicativa nº 27. Nos anos de 2018 a 2021, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia manteve em dia tal parcelamento, e fez novos parcelamentos ordinários, que também estão sendo pagos nos seus respectivos vencimentos. A expectativa é pela manutenção deste cenário, resultando assim no equacionamento de seus débitos tributários. Já em relação às principais dívidas financeiras, as notas 17 e 29 esclarecem as soluções que estão sendo implementadas. Os atuais acordos são passíveis de cumprimento pela Companhia,

se mantidas as atuais condições do mercado e de resultado das operações. **Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras:** A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia mundial o surto causado pela doença Sars-CoV-2, o novo Coronavírus. Tal evento culminou em decisões significativas de entes do poder público e privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, e geraram impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações da Companhia. No ano de 2020 os resultados nas operações foram bastante relevantes, com perda de faturamento e resultado, porém durante o ano de 2021 houve plena retomada das operações, sendo que o impacto foi revertido. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) Declaração de conformidade em**

28. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **29. Plano de recuperação extrajudicial - desistência em nov/21:** Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral. A Assembleia Geral Extraordinária da

Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019. O Plano de RE abrangia, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolvia fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

Credor	Classie	Valor
Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC	Garantia real	13.545.981
D&D Administradora de Bens Ltda.	Garantia real	44.318.032
Planner Corretora de Valores S/A (Agente Debêntures)	Quirográfico	42.581.953
Vladimir Estanislau Walendowsky	Quirográfico	2.607.717
D&D Administradora de Bens Ltda.	Quirográfico	70.213.890
Total		173.267.573

Conforme publicação em fato relevante datado de 29 de novembro de 2021, Companhia,

em conjunto com a Planner, protocolou pedido de desistência de homologação de seu plano de recuperação extrajudicial perante o juízo competente. As informações sobre o acordo entre a Companhia e a Planner estão detalhadas na nota nº 17. Com os credores D&D Administradora de Bens Ltda. e Vladimir Estanislau Walendowsky foram retomadas as formas de pagamentos ajustadas e divulgadas anteriormente - D&D parcelamento em 480 parcelas, sendo que e adimpladas as 240 iniciais, as demais serão consideradas quitadas - Vladimir 34 parcelas de R\$ 95 mil. Em relação à Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC, segue o processo de execução e as tratativas de acordo. **30. Declaração dos diretores:** Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Brusque/SC, 22 de março de 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	CONTADORA
<p>Armando Cesar Hess de Souza Presidente</p> <p>Heitor Rodolfo de Souza Conselheiro</p> <p>Jair Pacheco Conselheiro</p>	<p>Armando Cesar Hess de Souza Presidente</p> <p>Marcio Luiz Bertoldi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</p>	<p>André Cesar Urbanski Cláudia Anonini Peluso Ribeiro Darci Debastiani Hélio da Silva Marcello Joaquim Pacheco</p>	<p>Marta Castelli CRC SC 023.517/O-3</p>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Extraído da Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 23 de março de 2022)

i) O Conselho Fiscal Têxtil Renauxview S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2022. ii) Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Next Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2022, emitido sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Srs. Conselheiros Fiscais:

André Urbanski	Cláudia Anonini Peluso	Darci Debastiani	Hélio da Silva	Marcello Joaquim Pacheco
-----------------------	-------------------------------	-------------------------	-----------------------	---------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Têxtil Renauxview S.A.** - Brusque - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Têxtil Renauxview S/A** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade operacional:** Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras. Consideramos como principal assunto de auditoria devido a Companhia ter preparado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, pois vem obtendo sucessivos prejuízos. Não obstante, as informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 331.987 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 309.729 mil em 31 de dezembro de 2020). **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da Companhia incluíram, entre outros: • Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia; • Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela Companhia relacionada com esse assunto, presente nas notas explicativas nº 01 e 29 que tratam da "Continuidade Operacional" e "Plano de Recuperação Extrajudicial - Desistência em nov/21". Nesse contexto, entendemos que a continuidade das atividades operacionais depende do êxito destes projetos ou de novos aportes de capital. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto. **Impairment dos ativos imobilizados:** Em 31 de dezembro de 2021, os ativos imobilizados e intangíveis apresentados nas demonstrações financeiras totalizaram um valor de R\$ 110.541 mil, sendo que detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável destes ativos estão descritos nas Notas "3.g) Ativo imobilizado", "3.h) Ativo intangível", "3.i) Ativos não financeiros", "12 - Imobilizado" e "13 - Intangível" às demonstrações financeiras. Consideramos o impairment dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude de seus saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos e relativo grau de subjetividade, que por sua vez

consideram premissas e taxas de descontos que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a execução de testes sobre o laudo de avaliação dos ativos e das premissas utilizadas pelos profissionais contratados pela Companhia. Consideramos assim que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Consideramos assim que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria. As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou

em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Blumenau - SC, 22 de março de 2022

Next Auditores Independentes S.S. **Eduard Claus Morsch** - Sócio Responsável
CRC-SC 8.765/O-4 Contador CRC-SC 029.522/O-0